

**PROTOCOLO 01-028135/2018**

**PARECER Nº. 021/2018-DP-4**

**CONTRATAÇÃO MEDIANTE  
INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO - CONTRIBUIÇÃO  
ASSOCIATIVA À AECIC -  
VIABILIDADE JURÍDICA.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para Pagamento de Mensalidade da AECIC (Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba).

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 01/02).

Com fundamento no inciso II, c/c o seu parágrafo único, no caso concreto, ora apresentado, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico, conforme norma contida no caput do artigo 25 da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993).

Isto porque, o objeto da presente não se enquadra em nenhuma das hipóteses de dispensa de licitação, previstas no art. 24 da Lei 8666/1993.

Da mesma forma, a inexigibilidade da licitação se aplica quando a competição se torna completamente inviável. É o que ocorre no caso em tela, já que não é plausível presumir que há outra Associação que possua os mesmos objetivos, atuações e parcerias com a Companhia em relação ao desenvolvimento da Cidade Industria de Curitiba, que possa se submeter as regras gerais de concorrência, vez que, de fato e de direito, inexiste possibilidade de plurais associações com a mesma finalidade.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente as disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls. 15), bem como a autorização da Diretoria Executiva (fls.12), estando portanto o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação e, portanto, a possibilidade de ocorrer a pretendida contratação direta do





serviço, remetemos o presente à Diretoria Executiva que, nos termos de sua competência estatutária e normativa, e mediante conveniência e oportunidade, irá deliberar acerca do pedido inicial.

Curitiba, 01 de março de 2018.



Ricardo Costa Maguetas

OAB/PR nº 28.275

Assessoria Jurídica